



Desemprego: governo tapa o sol com a peneira

Os paliativos para flexibilizar os contratos de trabalho continuam, insuficientes para combater o desemprego.

Américo Gomes

Uma das piores heranças destes tempos globalizados é que o desemprego não escolhe faixa etária, sexo, cor ou classe social. Do analfabeto ao doutor, ninguém está garantido. Vivendo a mais grave crise de empregos dos últimos 100 anos, mas o governo insiste que o problema não é a falta de postos de trabalho, mas a carência da mão-de-obra qualificada. Na terça-feira, 3 de novembro, depois do pacote que meteu a mão no bolso do contribuinte para tapar o buraco das contas públicas, os níveis de emprego, o governo apareceu com outra novidade; a demissão temporária?! Tudo isso através de Medida Provisória.

Segundo a MP, negociando com o empregado e o sindicato, a empresa poderá suspender os contratos por um período de dois a cinco meses. Nesse tempo a qualificação do trabalhador é obrigatória e o custo corre por conta da empresa. Se o trabalhador for demitido durante ou até três meses depois da suspensão do contrato, a empresa paga multa de um salário e todos as verbas previstos na legislação.

A MP, temporariamente, também ampliou o seguro desemprego para os trabalhadores que estão a mais de um ano desempregados. Entre os meses de janeiro a junho do ano que vem, nas principais regiões metropolitanas, eles vão receber mais três parcelas de R\$ 100. Para ter direito ao seguro, o trabalhador vai ter que provar que tem mais de 30 anos. Apesar do valor ser irrisório o que vai acontecer com os outros trabalhadores? E no interior dos Estados, no Norte e Nordeste?

Lá também não há desemprego? Esses trabalhadores não têm responsabilidades, comem, não alimentam suas famílias?

Para a FETHESP a MP é mais um paliativo que só vai beneficiar metálicas e montadoras que costumam dar férias coletivas no final do ano. Mas, o governo continua tapando o sol com a peneira. Até agora, todas as propostas apresentadas para gerar empregos foram infrutíferas. O contrato temporário de trabalho, por exemplo, de janeiro a setembro criou apenas três mil vagas na indústria. No mesmo período o setor demitiu 8.143 funcionários. O comércio, que conseguia captar parte dessa mão-de-obra, colocou na rua outros 35 mil trabalhadores. Outro exemplo foi banco de horas. Na maioria das empresas onde o sistema foi adotado, o trabalhador deve horas e nenhum posto de trabalho foi criado.

Na MP o governo tocou num tema que dá arrepios em muitos pelegos, a unicidade sindical. Uma proposta de emenda encaminhada ao Congresso modifica os artigos 8º e 114º da Constituição. A sugestão é de se acabar com a unicidade sindical, com a contribuição compulsória e com o poder normativo da Justiça do Trabalho. O ministro Almir Pazzianotto, que há dois anos fez críticas indiscriminadas ao sindicalismo brasileiro, deve estar satisfeito.

Se a proposta passar no Congresso, quem quiser sindicalismo sério, vai ter que trabalhar. Apesar das iniciativas, o governo continua pecando. Até agora não ouviu os principais interessados, os trabalhadores.

Américo Gomes da Silva é presidente da FETHESP e secretário geral da Contratuh.

Aprovada comissão intersindical

Nos dias 22 e 23 de outubro, na Colônia de Férias em Praia Grande, em seminário promovido pela FETHESP, representantes de vários sindicatos do Estado de São Paulo discutiram e, por unanimidade de votos, aprovaram a criação do Conselho Intersindical de sindicatos do grupo turismo e hospitalidade. A principal finalidade do Conselho é formar um grupo de companheiros, que assessorados por técnicos de

diversas áreas, possam fornecer subsídios para as lutas diárias dos sindicatos filiados à Federação. Composta por todos os sindicatos do grupo, a Comissão deverá eleger sua coordenação nos dias 6 e 7 de novembro, também em Praia Grande, quando os sindicalistas voltam para discutir as teses que serão apresentadas no Congresso da Contratuh, que acontece a partir do final deste mês, em Foz do Iguaçu, (veja matéria abaixo).

Encontro discute temas para Foz do Iguaçu

Nos dias 6 e 7 de novembro, na Praia Grande, a Federação e os sindicatos que ela representa vão discutir as propostas que o Estado de São Paulo vai apresentar no Congresso Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, que será realizado em Foz do Iguaçu entre os dias 30 de novembro e 4 de dezembro. O Congresso será promovido pela, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, Contratuh.

Entre os temas que estarão em debates está a Estrutura Sindical, a Globalização e o Turismo no Brasil.

Fethesp vai ao CN

Com o fim das eleições e com a relação dos novos deputados e senadores a FETHESP, no início de janeiro, vai ao Congresso Nacional para apresentar nossas propostas de criação de novos empregos no Brasil. A intenção é sensibilizar novos e antigos parlamentares para a luta sobre a regulamentação dos cassinos, o que, num momento de crise, garantiria a criação de inúmeros empregos diretos e indiretos.

A regulamentação implementaria o Turismo e os dólares que ficam nos cassinos de Las Vegas, poderiam gerar recursos nas áreas da Educação, Saúde e Previdência Social. Além disso, garantiria direitos trabalhistas a milhares de trabalhadores ali-

ciados pelos jogos clandestinos.

Durante a campanha ao Planalto, o presidente FHC, estimou que até o ano de 2002, cerca de 5,5 milhões de turistas deverão visitar o Brasil e vão deixar algo em torno de 2,9 bilhões de dólares. Dentro das nossas fronteiras, algo em torno de 30 milhões de brasileiros devem fazer turismo doméstico. Isso criaria, só no Nordeste, cerca de 400 mil novos postos de trabalho.

Para nós da FETHESP não interessa só emprego no Nordeste. E as demais regiões do País? A luta pela geração de emprego tem que ser uma luta nacional que envolva, autoridades, empresários e parlamentares e representantes dos trabalhadores..

De volta para o FMI

Já estava mais do que certo que após o dia 25 o governo iria lançar mão de um pacote fiscal para equilibrar as contas públicas. E, para captar recursos, além de voltar ao FMI, aumentou impostos, entre eles a CPMF que deveria ser utilizada na área de saúde. Baseado em experiências que vêm desde a década de 40, já dá para adivinhar quem é que vai ficar com a conta, com o retorno ao Fundo Monetário. Mais uma vez serão os trabalhadores.

Com o desemprego preocupando todos os países no continente, por aqui muito pouco foi feito para amenizar uma crise que já é crônica. As reformas tão badaladas há quatro anos, poderão levar mais quatro para serem concluídas. Enquanto isso o trabalhador continua sem dinheiro no bolso para garantir necessidades essenciais para seus filhos e, a cada dia que passa, perdem um pouco mais. Já se foi o direito ao emprego e aos poucos se vai o direito à saúde e até o direito à verdade. Antes da eleição, o candidato eleito, para garantir votos, dizia que tudo estava bem e que tínhamos reservas suficientes para sair da crise. Dias depois da eleição onde é que elas (as reservas) foram parar?

Voltar a beijar a mão do FMI para sair ileso da crise, pode ser a nossa sentença de morte. Como em décadas anteriores será difícil cumprir as exigências do Fundo, entre elas a redução do déficit público. Com isso a população vai continuar à mercê dos maus serviços. Chegou a hora da verdade. O governo precisa mudar a sua forma de prestação de contas.

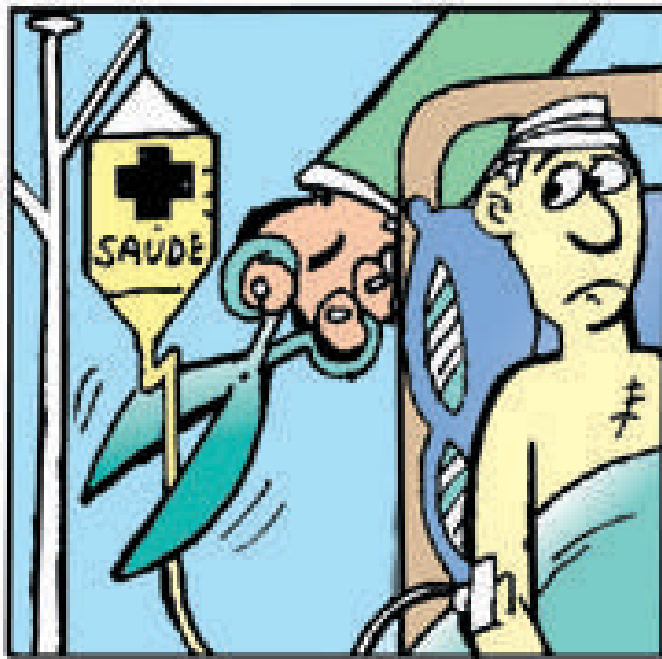
A saúde pede socorro

Em janeiro, quando Carlos Albuquerque era ministro da Saúde, o próprio, para o Jornal do Brasil, fez um diagnóstico terrível sobre a saúde pública no Brasil. “É uma anarquia onde as responsabilidades não estão bem definidas e inexistente um esquema profissional de gestão”, dizia o ministro. O setor, segundo ele era dominado por “igrejinhas” nas quais se misturavam três ingredientes, autonomia administrativa, discurso ideológico e malversação do erário.

Para corrigir as falhas, na época, o próprio ex-ministro, reconhecia publicamente sua impotência, mesmo ocupando o principal cargo na hierarquia administrativa. Já na gestão José Serra alguma coisa mudou, muitas irregularidades foram descobertas mas algumas continuam sem explicação.

Esta sem explicação por exemplo a morte do aposentado Leonildo Oliveira, de 74 anos, que passou mal e morreu na madrugada do dia 26 de maio, quando tentava marcar uma consulta no Posto de Saúde Maria Zélia no bairro da Vila Guilherme, zona norte da capital. Acompanhado por um neto, que pediu socorro, o aposentado foi levado pelo genro, para o Pronto Socorro de Santana, que estava lotado. De lá foi transferido para o Hospital do Tatuapé. Sem encontrar vaga, o idoso voltou para o PS de Santana, onde não resistiu e morreu.

Em muitos locais a situação continua a mesma, apesar do atual ministro ter feito uma limpeza administrativa que começou pelo Rio de Janeiro.



Mesmo assim os escândalos não param de acontecer. A Fundação Nacional de Saúde, por exemplo, comprava vacinas para hepatite B a um fundo da Organização Pan-Americana de Saúde a US\$ 3,50 a dose. Bastou o Brasil ter acesso à contabilidade do fundo para que o preço caísse para menos de um terço - US\$ 1,00, a dose. Nesse capítulo das vacinas, merece menção especial a Fiocruz, do Rio de Janeiro que, segundo o ex-ministro, “funcionava como um Olimpo”, ou seja: além de produzir vacinas subsidiadas pelo governo, cobrava preço de mercado na hora de vendê-las ao Ministério da Saúde. Quem pagava a conta?

O mais recente escândalo envolveu até laboratórios renomados na falsificação de remédios, comprados e distribuídos pela rede pública hospitalar. O Laboratório Veafarm, ligado à Botica Ao Veado D'Ouro, uma das farmácias mais tradicionais da São Paulo, com 140 anos de existência, foi um que usou da artimanha para aumentar o faturamento. Entre outubro de 1996 e abril deste ano, cerca de 1 milhão de pílulas falsas, o suficiente para encher 50 mil frascos do Andracur, remédio usado no controle do câncer da próstata foram fabricadas e distribuídas no país.

Pelo menos dez pacientes morreram.

Enquanto isso, apesar

da População Economicamente Ativa contribuir mensalmente para o INSS, a dívida previdenciária continua crescendo. A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) estima a dívida em 201% do Produto Interno Bruto (PIB), o equivalente a R\$ 1,6 trilhão. Apesar do rombo, entre os países latino americanos, o Brasil é o que mais investe em saúde pública e, também, é o que tem os piores resultados. No ano passado, o país gastou R\$ 29,9 bilhões com saúde. Os estados entraram com R\$ 6,2 bilhões, os municípios R\$ 4,6 e a união R\$ 19,1, o que significa que cada brasileiro ficou com R\$ 190,00.

Onde foi parar esse dinheiro, é uma incógnita. Isso mostra que o problema de saúde no Brasil não é apenas a falta de recursos, mas a brutal ineficiência do sistema. E o governo pede mais impostos e a prorrogação da vigência da CPMF, o imposto sobre o cheque. Embora haja vários desmentidos, já está assegurado. Depois do segundo turno das eleições para governadores, não há escapatória. O Contribuinte vai ter que arcar com mais impostos para pagar o que já foi pago.

A FETHESP entende que o dever da entidade sindical não é só brigar por salário. Nossa obrigação também é ver o trabalhador como cidadão e, a partir de agora, nós também vamos ficar de olho e, a cada edição do nosso Jornal, vamos publicar uma matéria deste tipo. A próxima é sobre educação.

A SAÚDE NA AMÉRICA LATINA

| País | Gastos per capita US\$ | Taxa mortalidade infantil 1 ano | Taxa mortalidade infantil 5 anos | Expectativa de vida (Anos) |
|-------------|------------------------|---------------------------------|----------------------------------|----------------------------|
| Brasil | 129 | 57 | 67 | 66,3 |
| México | 86 | 30 | 37 | 71,5 |
| Colômbia | 82 | 28 | 36 | 69,2 |
| Equador | 79 | 44 | 62 | 68,8 |
| El Salvador | 53 | 43 | 56 | 66,4 |
| Paraguai | 49 | 42 | 56 | 70,0 |

Fonte: Boletim Epidemiológico/ OPAS 1997 - Revista Suma Economia Dez/97

Sede nova em S.J. do Rio Preto

Dissídios, convenções e acordos

**SALÃO DE EVENTOS
AMÉRICO GOMES DA SILVA**

UM DIA, UM LÍDER SINDICAL ESTEVE
AQUI E PLANTOU UMA SEMENTE.

HOJE ELE VOLTA PARA COLHER OS
FRUTOS DA SEMENTE QUE PLANTOU

HOMENAGEM DA DIRETORIA DO S.E.T.H
29/05/98



No quadro, a homenagem ao fundador do Sindicato.

Na foto abaixo, a nova sede SETH. Acima, o presidente da FETHESP, Américo Gomes inaugura sala de reuniões do SETH.



Fundado em agosto de 83, o Sindicato dos Empregados em Turismo e Hospitalidade de São José do Rio Preto, hoje presidido pelo companheiro Sérgio da Silva Paranhos, inaugurou, em maio desse ano, a sua

sede própria. Instalada num confortável sobrado da rua Conselheiro Saraiva, em Vila Ercília, a sede, além de possuir amplas acomodações para o trabalho cotidiano da diretoria e dos funcionários, também pos-

sui espaço reservado para cursos de alfabetização, qualificação profissional e formação sindical.

Na inauguração, além de várias autoridades, também esteve presente o presidente da FETHESP e fundador do SETH, companheiro Américo Gomes que inaugurou a sala de reuniões que leva o seu nome.

Cursos - No dia 15 de outubro o SETH começou a sua programação de cursos. Em três turnos, (manhã, tarde e noite) estão sendo ministrados cursos de informática (Windows 98, Word e Exel). A primeira etapa que vai até novembro deve atender cerca de cem alunos.

Afinal. De quem é o Fundo?

Criado durante o regime militar para assegurar o pagamento das indenizações dos trabalhadores, o dinheiro do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - já serviu para tudo o que se possa imaginar. No norte do País, serviu para financiar valas que iam do nada para lugar nenhum, financiou casas de gesso no governo Paulo Maluf. Também, financiou hospitais e apartamentos de luxo que nunca iriam para as mãos dos trabalhadores. Até se cogitou, a compra de ações no Programa Nacional de Privatização.

Recentemente, uma mudança assegurou que os



40% obrigatórios na hora da rescisão contratual, realmente fossem parar nas mãos dos seus verdadeiros donos, os trabalhadores. Mesmo assim já tem gente dando um jeito de burlar a legislação. Os depósitos do FGTS também deveriam servir para o financiamento da casa própria, mas, para

surpresa geral, de acordo com denúncias veiculada no Jornal Nacional, do dia 13 de outubro, os gerentes da Caixa Econômica Federal cobram até 500 reais para pesquisar a quantidade de dinheiro que o trabalhador tem disponível para este tipo de operação.

Ainda segundo o JN a ordem para os gerentes captar recursos vem da direção da CEF, em Brasília. Aí a exploração. O dono da conta só tem direito a uma parte do dinheiro quando perde o emprego. Para comprar casa própria; quase nunca. Afinal de quem é o dinheiro do FGTS?

Reajuste de 8,2% no piso da Compra e Venda, Locação de Imóveis

Depois de exaustivas negociações, a Federação e seus filiados, encerram as discussões da Campanha Salarial de 98/99 para os companheiros que trabalham na Compra e Venda, Locações e Administração de Imóveis. Com isso, desde o dia 1º de outubro, quem não recebeu nenhuma antecipação salarial, terá os salários reajustados em 4%.

No piso salarial o reajuste foi de 8,2%, índice que poucas categorias alcançaram nas negociações desse ano. Isso significa que na CVL, nenhum trabalhador pode ser contratado com salário inferior a R\$ 300,00. O Acordo, negociado com o Secovi, sindicato que representa os interesses patronais, também garante uma cesta básica no valor de R\$ 34,00 que deverá ser entregue até o dia 5 de cada mês.

Extensão de base

A FETHESP, através de sua diretoria cumprimenta as companheiras do Sindicato dos Empregados em Institutos de Beleza e Cabeleireiros de Senhoras de São Paulo e Região pela extensão que aconteceu na base

da categoria. Agora o sindicato abranje todos os municípios da Grande São Paulo. O acordo só foi possível graças a perseverança da companheira Maria dos Anjos, a Mariazinha, que soube, politicamente, encaminhar as negociações.

NR-9 é obrigatória nas lavanderias

Outro acordo importante para os companheiros do Grupo de Turismo e Hospitalidade foi o que o Sindicato dos Trabalhadores em Lavanderias de São Paulo assinou com o Sindilav. Pelo acordo, homologado pelos sindicatos e DRT, todas as empresas da categoria econômica estão obrigadas a cum-

prir a NR-9 que garante a elaboração do PPRA, Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e a NR-7 que obriga as empresas a efetuarem o PCMSO, Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional.

A FETHESP cumprimenta os companheiros do Sintralav que, depois de muita luta, conseguiram fazer com que o setor patronal entendesse que prevenir é melhor que remediar. A experiência poderá ser utilizada pela FETHESP para fazer outras áreas do Grupo cumprir as determinações das Normas Regulamentadoras.



Na assinatura do acordo a FETHESP esteve representada pelo vice-presidente Rogério Cardoso. (foto).

Justiça

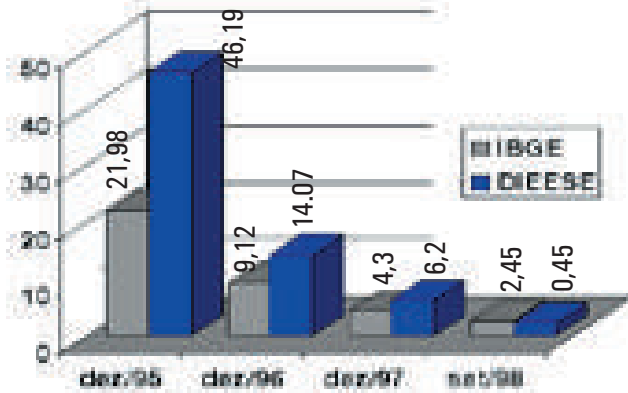
Reajuste de até 30% para juizes

Por considerar abusivo o Supremo determinou a devolução imediata do que foi pago a mais para juizes federais.

Já está mais que provado que o Brasil é o país das diferenças. Quando a questão é salário, elas ficam mais evidentes. Na última semana de setembro, os 27 ministros do Tribunal Superior do Trabalho, TST, aumentaram seus salários em até 30,25%, num reajuste retroativo a janeiro de 1995, tomando por base um salário máximo de 10.800 reais. Foram beneficiados cerca de 2 mil juizes trabalhistas. Também baseado no teto do TST, uma semana depois foi a vez do Tribunal Superior de Justiça, através do Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, reajustar o salário de 33 ministros e outros 544 desembargadores e juizes federais.

As decisões foram tomadas exatamente no momento em que o governo viria ao bolso do contribuinte para arancar mais 25 bilhões de reais, destinados a cobrir o rombo anual nas contas públicas provocado, justamente, pela multiplicação dessa modalidade de "ex-

A inflação do período



propriação" legalizada do erário público. Desde que a inflação foi controlada, esta é a segunda vez que no, TST, se reajusta salários. Em 1995 eles se deram um aumento de 66% e concederam reajustes de 56% para juizes dos Tribunais regionais do Trabalho TRTs, e outros 46% para juizes das Juntas de Conciliação e Julgamento. Até aqui quem ganha mais levou mais,

quem ganha menos ficou com mesmo, é claro.

Nada pode ser mais claro para indicar a relação de causa e efeito entre privilégios obscenos que a Constituição garante para juizes e servidores públicos, em prejuizo dos trabalhadores da iniciativa privada. No Tribunal encarregado de mediar impasses trabalhistas, no mesmo período não houve concessão de reajustes

ou aumentos reais iguais ou superiores à inflação. Em contra partida, de junho para cá, alguns precedentes que balizavam as negociações coletivas, simplesmente foram aniquilados pelos mesmo juizes do TST.

Para dizer se estava correto ou não o reajuste, o Supremo Tribunal Federal foi invocado. O STF cassou ou dois reajustes por entender que somente uma lei por iniciativa dos chefes dos três Poderes poderia fixar o teto do funcionalismo público. Resultado: tanto os juizes do TST quando os do TSJ vão passar pelo incomodo de ter que devolver aos cofres públicos o que veio a mais nos salários de setembro.

A "fome das marias antonietas", foi tema do editorial do Jornal da Tarde dia 8 de outubro. Diz o editorial que o "ministro Marco Aurélio Mello também pleiteava o reajuste por considerar "baixíssimo" os atuais vencimentos de 10.800 reais. Ele queria que os brasileiros lhe pagassem, no mínimo, 20 mil".

Os salários em outros países

O Jornal da Tarde do dia 20 de outubro, seguindo a trilha del O Estado de São Paulo, publicou editorial sobre os salários dos juizes em três países. Segundo os jornais, "na argentina, os juizes de primeira instância com 30 anos de atuação recebem US\$ 5,2 mil. Os de segunda instância US\$ 6,2 mil. Na França, um magistrado ganha US\$ 2,2 mil no começo da carreira

e US\$ 7,2 mil no fim. O presidente da Cour de Cassation, com todas as gratificações a que tem direito, recebe US\$ 8,7 mil. Nos Estados Unidos, os presidentes das Justiças estaduais ganham entre US\$ 8,8 mil e US\$ 11,4 mil e os dirigentes dos Tribunais Regionais Federais, entre US\$ 10,6 mil e US\$ 13,4 mil. O maior salário, de US\$ 14, 5 mil é do presidente da Suprema Corte".

Curtas

Saúde e Segurança

Entidades nacionais e internacionais ligadas à saúde ocupacional estão de sobreaviso contra a queixa crime que a Eternit, empresa que fabrica produtos de amianto, impetrou contra a engenheira do trabalho, Fernanda Giannasi. Fiscal da DRT- Delegacia Regional do Trabalho que comprou a briga dos sindicatos de trabalhadores que lutam para o banimento do amianto do uso industrial. O mineral, que já foi banido em onze países, tem propriedades cancerígenas e por aqui, ainda é usado como isolante térmico em materiais de construção e componentes de freios para veiculos.

A FETHESP que é contra o uso de produtos nocivos à saúde do trabalhador, em nome dos sindicatos do grupo de turismo e hospitalidade, expressa o apoio à iniciativa da companheira.

Retificação

Ao contrário do que publicamos na última edição, o dinheiro para a construção do Centro Esportivo que a FETHESP, em parceria com a Prefeitura do Município de Praia Grande, projeta para construir no Município, poderá vir do Ministério do Desporto. As instalações serão utilizadas na formação educacional e esportiva de menores carentes e filhos de trabalhadores da região.

CONTRATUH

Confederação Nacional Dos Trabalhadores Em Turismo e Hospitalidade

FLACTUR

FEDERACIÓN LATINOAMERICANA E DEL CARIBE DE TRABAJADORES EM HOTELERIA, GASTRONOMIA TURISMO E CASINOS

SDS

BRASIL RESPEITE O TURISTA

Ele traz divisas e gera emprego

Jornal da FETHESP

É uma publicação da Federação dos Empregados em Turismo e Hospitalidade do Estado de São Paulo - Rua Tangará, 220 - Vila Clementino - CEP 04019-030 - São Paulo - SP Fone (011) 549-7799 Fax (011) 549-8228 E-mail - FETHESP@USWAY.COM - INTERNET - HTTP://WWW.FETHESP.COM.BR Diretoria - Presidente: Américo Gomes da Silva, Vice-presidente:

Rogério José Gomes Cardoso, Secretário Geral: Roberto Scalize, Tesoureira Geral: Maria dos Anjos Mesquita Hellmeister, Diretor Social e do Patrimônio: José Agostinho dos Santos, Diretor de Assuntos Sindicais: Antonio Berni, Diretor de Relações Internacionais: Fernando Belmiro Moura da Fonseca Suplentes - Donizete Aparecido Passador, Pedro Francisco de Siqueira, Regina Aparecida Falcone, Maria Tereza Pinto, Rubens Mola, Luiz Fernandes da Cruz Jr., Edvaldo Francisco Lopes, Conselho Fiscal - Dagmar

Roberto de Lima. Sérgio da Silva Paranhos, Francisco de Assis dos Santos, Suplentes - Myriam Stela Fonseca de Melo, Wagner Sebastião Pereira Leite, Antonio Rodrigues Gomes Delegados a Confederação - Américo Gomes da Silva, Rogério José Gomes Cardoso, Suplentes - Roberto Scalize e Maria dos Anjos Mesquita Hellmeister. Produção Parágrafo Travessão Com e Marketing.S/C Ltda (Fone (011) 99526129) - Jorn. Resp. Benedito Aparecido da Silva MTB 17.598.